



Bolsas
Na quinta-feira

0,31%

São Paulo

0,2%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

171.906

175.135

24/8

25/8

26/8

27/8

Na quinta-feira

R\$ 5,162
(+ 0,2%)

Dólar

20/agosto

21/agosto

24/agosto

25/agosto

26/agosto

Últimos

5,193

5,145

5,153

5,140

5,151

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quinta-feira

R\$ 6,015

CDI
Ao ano

13,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,81%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Marco/2026

0,88

Abril/2026

0,67

Mai/2026

0,58

Junho/2026

0,16

Julho/2026

0,07

CONTAS PÚBLICAS

Nova proposta de reforma da Previdência

Grupo de economistas liderados por Paulo Tafner e Armínio Fraga prepara uma sugestão de mudança estrutural no sistema previdenciário que prevê novas idades mínimas e sistema híbrido, com capitalização

» ROSANA HESSEL

Um consenso entre especialistas que acompanham a deterioração do quadro fiscal do país é de que o novo presidente da República, seja quem for, precisará fazer uma nova reforma da Previdência logo no primeiro ano de mandato. Um dos principais motivos é um fator positivo na demografia do país: a expectativa de vida do brasileiro está aumentando. O problema é que o número de jovens entrando no mercado de trabalho está diminuindo.

A última reforma da Previdência foi aprovada em 2019, mas deixou várias lacunas que não amenizam esse problema, de acordo com o economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds) e um estudioso do tema. O economista coordenou um grupo de especialistas que preparou uma sugestão de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com uma reforma mais ampla. Um dos objetivos da proposta é tornar o sistema previdenciário sustentável a partir de 2070, ano em que há um enorme risco de apagão do atual modelo, considerando as regras atuais.

Em entrevista ao **Correio**, Tafner antecipou a proposta e contou que ela nasceu a partir de uma provocação feita pelo ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que teve participação ativa nas discussões do projeto, além de garantir o suporte operacional. “Trata-se de uma proposta de reforma a ser apresentada ao público e a todos os candidatos à Presidência. Obviamente, vamos oferecer e explicar para quem tiver interesse”, afirmou Tafner, por meio de videoconferência com outros dois integrantes do grupo que elaborou a proposta: Leonardo Rolim, consultor parlamentar e ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Bernardo Schettini, consultor legislativo e pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Ainda compõem o grupo os economistas Rogério Nagamine, do Ipea, e Sergio Guimarães

Ferreira, do Imds. Nagamine, inclusive, é coautor de um estudo de 2024 que estima que o número de aposentados do INSS deve superar o de trabalhadores que contribuem para o sistema a partir de 2050.

Os economistas destacaram que a nova proposta de reforma previdenciária considera todos os entes federativos do país, incluindo União, estados, Distrito Federal e municípios. Segundo eles, mais da metade dos 2.100 municípios com Regime Próprio de Previdência Privada (RPPS) ainda não aprovaram uma nova reforma, como era previsto na PEC aprovada em 2019. Além disso, cinco estados e o Distrito Federal também não reformaram o seus respectivos sistemas. “Não vai ter mais prefeito sofrendo para tentar aprovar uma reforma difícilima com o eleitor na porta da casa dele”, frisou Tafner.

Sistema híbrido

Além de prever a mudança atual do sistema de repartição, onde quem trabalha contribui para quem está aposentado, a nova reforma prevê uma mudança estrutural, para um sistema híbrido, com repartição e capitalização — que ficou de fora na última reforma de 2019. Com isso, uma fração de cada aposentadoria continuará a ser financiada pelo regime de repartição, mas uma parcela passará a ser custeada por capitalização financeira que poderá ser pública ou privada.

De acordo com os especialistas, a raiz do problema do atual sistema previdenciário está no modelo de benefício definido (BD) vigente, que promete uma taxa de reposição — relação entre o valor da aposentadoria e o salário — muito elevada em comparação aos padrões internacionais, sem incorporar mecanismos de ajuste para acomodar mudanças demográficas e macroeconômicas. A proposta prevê uma mudança gradual para um sistema de contribuição definida (CD), baseado em contas individuais de aposentadoria. Também estabelece mudanças no sistema de contribuição e na idade mínima para

Ajustes paramétricos

Veja algumas das alterações que visam promover a convergência com os padrões predominantes da OCDE na proposta da reforma previdenciária estrutural.

REGRA	ATUAL	PROPOSTA
Idade mínima da aposentadoria urbana	65 anos para homens — 62 anos para mulheres	Equiparação em 67 anos e vinculação à expectativa de sobrevida — repasse ⅔ do ganho
Idade mínima da aposentadoria rural	60 anos para homens — 55 anos para mulheres	Equiparação em 67 anos e vinculação à expectativa de sobrevida — repasse ⅔ do ganho
Carência de tempo de contribuição	20-15 anos para homens/mulheres	Unificação em 20 anos e instituição em um crédito de 1,5 por ano por filho, até o limite de 5 para mulher
Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos	55-80-60 anos para atividades de 15-20-25 anos de exposição	Acréscimo de 2 anos na idade mínima
Aposentadoria da pessoa com deficiência	25-20 29-24 e 33-38 anos de contribuição para homem-mulher com deficiência grave, moderada ou leve; 65-60 anos para 26 anos de contribuição	25 anos de contribuição para deficiência grave, sem idade mínima; 20 anos de contribuição e 60 anos de idade para deficiência grave, 62 anos para deficiência moderada e 64 anos para deficiência grave
Professores da educação básica	■ RGPS/RPPS União: 60-67 anos homem-mulher e 25 anos de magistério ■ RPPS de estados e municípios: 6 estados e 908 municípios continuam com idades mínimas de 55-50 anos para homens e mulheres e outros 4 estados nem tem idades mais baixos do que as do RGPS	Idade mínima de 64 anos
Policiais Cívís	RPPS da União: 55 anos de idade para homens e 52 anos para mulheres e 30 anos de contribuição no RPPS estaduais: cada estado tem uma regra	Idade mínima de 64 anos
Militares	Regras de benefícios unificadas: sem idade mínima para transferência para a reserva, proventos de aposentadoria e pensão quase sempre integrais	Idade mínima de 55 anos para a transferência para a reserva a pedido com proventos integrais; Pensão por porte igual à dos policiais civís
Servidores	6 estados e 908 municípios não aprovaram reformas nas regras de benefícios e vários adotaram regras diferentes das do RGPS	Uniformizar as regras de benefícios, estendendo para estados, Distrito Federal e municípios as novas regras do RGPS e do RPPS da União

LEGENDA
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

Fonte: Minuta da proposta dos economistas

a aposentadoria, igualando em 67 anos para homens e mulheres e trabalhadores urbanos e rurais — mantendo algumas diferenças em relação às especificidades atuais.

A proposta também prevê um dispositivo de atualização dessa idade no caso de aumento da expectativa de vida em dois terços, ou seja, a cada seis meses a mais de aumento do prazo de vida dos brasileiros, o tempo para a aposentadoria mínima aumenta em quatro meses. Os trabalhadores com idade igual ou superior a 50 anos serão afetados, em alguma medida, pelos ajustes paramétricos, mas o cálculo das aposentadorias não será alterado.

Os trabalhadores com idades entre 25 e 49 anos terão parcela do benefício calculada pelo sistema de contas nocionais e outra parcela calculada de acordo com a fórmula atual de benefício definido. Os trabalhadores com 24 anos ou menos entrarão direto no novo regime.

Outra mudança destacada pelos especialistas seria no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaria a ser de 60% do salário mínimo mais 2% para cada ano de contribuição. A expectativa dos especialistas é que essa mudança possa estimular a formalização e a contribuição para o sistema, porque quem recebe BPC não precisa contribuir quando atinge a idade mínima e recebe o mesmo valor de quem contribuiu na faixa inferior e também recebe o mesmo piso salarial.

Rolim explicou também uma mudança estrutural no Microempreendedor Individual (MEI), que é insustentável desde que foi criado porque a alíquota atual, de 5%, escolhida pela ex-presidente Dilma Rousseff não foi a sugerida pela equipe técnica, de 11%.

Em relação ao impacto fiscal da reforma, os analistas destacaram que as despesas anuais da Previdência devem alcançar 10% do PIB em 2070, três pontos percentuais abaixo do cenário-base previsto com o atual sistema, de 13% do PIB. Nos anos seguintes, a entrada dos segurados sujeitos às novas regras reduz progressivamente a despesa, que permanece estável em torno de 10,4% do PIB, em 2100, contra 17,4% no cenário-base.

Governo Central acumula saldo negativo de R\$ 81,3 bi

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Governo Central registrou superavit primário de R\$ 10,8 bilhões em julho de 2026, segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional, ontem. No acumulado dos sete meses, no entanto, o resultado ficou negativo em R\$ 81,3 bilhões.

O saldo de julho representa uma forte melhora em relação ao déficit de R\$ 59,1 bilhões registrado no mesmo mês de 2025. O desempenho também ficou acima das expectativas do mercado. A mediana do Prisma Fiscal, do Ministério da Fazenda, projetava um déficit de R\$ 5,5 bilhões para julho.

Já o resultado acumulado representa uma piora real de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o saldo negativo foi de R\$ 70,3 bilhões.

O balanço considera as contas do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Previdência Social. Tesouro e Banco Central registraram, juntos, superavit de R\$ 33 bilhões, enquanto o Regime Geral

de Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 22,2 bilhões. Entre janeiro e julho de 2026, a receita líquida totalizou R\$ 1,5 trilhão.

A melhora em relação a julho de 2025 foi resultado, principalmente, do aumento da receita líquida e da redução das despesas. A receita líquida cresceu 7,7% em termos reais, com acréscimo de R\$ 16,1 bilhões, enquanto as despesas totais recuaram 20,7%, uma redução de R\$ 56,4 bilhões.

Apesar da melhora no resultado fiscal, a comparação entre os dois meses é influenciada pelo calendário de pagamento dos precatórios. Em 2026, a maior parte desses pagamentos foi concentrada em março, enquanto em 2025 um volume expressivo havia sido pago em julho.

Com isso, as despesas com sentenças judiciais e precatórios tiveram redução de R\$ 37,1 bilhões na comparação entre os meses. A conta de benefícios previdenciários também recuou R\$ 18,1 bilhões,

em parte porque inclui precatórios de natureza previdenciária.

Já as despesas com pessoal e encargos sociais diminuíram R\$ 4,2 bilhões no período, também sob influência dos pagamentos de precatórios relacionados a pessoal.

Dessa forma, embora o resultado de julho represente uma melhora significativa nas contas do Governo Central, parte expressiva da diferença em relação ao ano anterior está relacionada ao efeito extraordinário do calendário de pagamentos.

Receita cresce

Do lado das receitas, as administradas pela Receita Federal cresceram 7,1% em termos reais, com aumento de R\$ 11,9 bilhões na comparação com julho de 2025. O principal destaque foi o Imposto sobre a Renda, cuja arrecadação aumentou R\$ 7 bilhões. O avanço foi impulsionado principalmente pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incluindo receitas sobre rendimentos do trabalho

e ganhos de capital, especialmente em aplicações de renda fixa e juros sobre capital próprio.

As demais receitas administradas pela Receita Federal tiveram alta de R\$ 4,5 bilhões, influenciada por maiores recolhimentos da CIDE-Remessas ao Exterior, de depósitos judiciais e do Imposto de Exportação incidente sobre o óleo bruto.

A arrecadação do IOF também contribuiu para o resultado, com crescimento de R\$ 1,5 bilhão, impulsionado por operações de crédito e pela saída de divisas, sob efeito das mudanças instituídas pelo Decreto nº 12.499/2025.

A CSLL apresentou aumento de R\$ 1,3 bilhão, em conjunto com o desempenho do IRPJ, influenciado por recolhimentos relacionados ao balanço trimestral e ao lucro presumido. Já o IPI registrou acréscimo de R\$ 1 bilhão, com destaque para o desempenho da indústria automobilística, especialmente na arrecadação do IPI incidente sobre automóveis.

Voos cancelados

cinquenta e três voos foram cancelados, ontem, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e outros 15 foram desviados para o Aeroporto Internacional do Galeão. As alterações foram motivadas por um acidente com um jatinho, que derrapou na pista, afetando as operações, mas sem deixar vítimas. O transtorno causou interrupções também em São Paulo, com 37 voos cancelados no Aeroporto de Congonhas. O incidente ocorreu às 16h10. Por volta das 22h15 foi iniciada a remoção da aeronave com o apoio de um guindaste(foto).